

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO IX



COIMBRA / 1960

tugal e Nações estrangeiras), 1796, 1797, 1798 (só «entre Portugal e os seus Domínios), 1808 e 1822.

Algumas vezes com relatório inicial, registam as importações e exportações entre praças ou países, enumerando em regra os produtos, sua quantidade e valores, com demonstração dos valores totais das mercadorias. O volume de 1808 apresenta-se muito condensado.

Ordem cronológica.

ALFABETO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO REINO DE PORTUGAL COM AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS. 1789. 1 VOL. 1,5 Cm.

•Enumeração, por ordem alfabética, dos produtos importados e exportações entre praças ou países, enumerando em regra os produtos e o valor na totalidade. No final, dois mapas condensando os elementos.

MÁRIO ALBERTO NUNES 'COSTA

Congresso Histórico de Portugal Medieval

De 6 a 10 de Novembro de 1959, reuniu-se em Braga este Congresso, promovido pela Câmara Municipal, com a colaboração da Faculdade de Filosofia, da Associação Jurídica de Braga, da Delegação bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto.

Os trabalhos repartiram-se por três secções: —1.ª: *Fundamentação da Ciência Histórica e Filosófica Medieval*; — 2.ª *História política, interna e externa*; — 3.ª subdividida em três : — A : *Instituições*; — B: *Civilização medieval portuguesa*; B¹: *Arte*.

Atendendo ao elevado número de comunicações (mais de uma centena, apresentada -por eruditos e por Professores e representantes das nossas Universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como de Universidades da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Suíça), não é possível dar ideia de todos os trabalhos nestas breves notas.

Queremos, todavia, chamar a atenção para alguns que nos despertaram maior interesse.

No colloquio sobre a batalha de Aljubarrota e problemas afins, Afonso do Paço e A. H. de Araújo Howorth apresentaram os resultados das escavações feitas no local da batalha; e Gastao de Melo e Matos estudou as posições defensivas ocupadas pelo exército português nos dias 12 e 14 de Agosto de 13'85, pondo-as em confronto com as de Maupertuis, em 13'56, sendo os três trabalhos documentados com projecções. Por sua vez, L. Suarez Fernández, examinando a crise de 1383 sob o ponto de vista castelhano, mostrou que a batalha de Aljubarrota foi a «consecuencia lógica de una política desacertada» de D. João I de Castela; e Peter E. Russell, com documentação inédita do Public Record Office, conseguiu avaliar, com relativa segurança, o efectivo das tropas inglesas que tomaram parte nesta batalha. Interessa também a este tema a comunicação do P. A. Brásio— *Influência do cisma castelhano na solução da crise de 1385*.

Notou-se grande interesse pelo estudo da influência árabe na nossa História, Cultura e Língua, «merecendo realçar-se a comunicação de Miguel Cruz Hernández — *Los Arabes al norte del Duero*. O Autor demonstrou que a própria documentação árabe desmente a tese do enriamiento do vale do Douro propugnada por diversos historiadores. Veio assim corroborar com novos dados a tese da permanência da organização paroquial defendida por Pierre David e documentada também no nosso trabalho *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*.

As comunicações de Mário Júlio de Almeida Costa — *Romanismo e Bartolismo no Direito Português* e, sobretudo, *Para a história da cultura jurídica medieval em Portugal*; e a de J. Sebastião da Silva Dias — *As bibliotecas portuguesas medievais* vieram demonstrar que a nossa cultura medieval acompanhava, embora com certo atraso, a cultura europeia, principalmente da França e Itália, donde nos vinham livros e mestres e para onde iam Portugueses estudar, alguns dos quais ficaram a leccionar no estrangeiro, como João de Deus e Pedro Julião ou Hispano, professores, respectivamente, nas Universidades de Bolonha e Sena, no século xiii C¹).

•O) Para a nossa cultura medieval interessam os fragmentos das obras então divulgadas entre nós, de que demos notícia nos *Fragmentos preciosos de Códices medievais* e nas *Geórgicas de Virgílio*.

Houve na Península Ibérica vários bispos que, além do poder eclesiástico, exerciam jurisdição civil num território mais ou menos vasto, de que eram senhores, como em Braga acontecia com o respectivo prelado. O Prof. Juan Beneyto, na sua comunicação — *La futura evolución del poder de los Obispos medievales como «Principes Terrae»*, tentou averiguar qual o fundamento de tal poder, e concluiu que, em muitos casos, aquele deriva sobretudo da vinculação do bispo com a *fraternitas* dos fiéis, havendo da parte dos monarcas mais um reconhecimento do poder já exercido de facto pelo bispo do que uma delegação do poder régio.

A comunicação do Prof. A. Palomeque Torres — *Episcopologio de las sedes portuguesas durante el siglo x* tem muito interesse para se conhecerem os prelados que governaram as nossas dioceses durante o obscuro século x, por o Autor utilizar abundante documentação espanhola. Na parte relativa a Braga está, porém, ultrapassado pelos trabalhos de Pierre David.

O estudo crítico da carta *De expugnatione Lysbonensi*, a narrar a conquista de Lisboa em 1147, levou Rui de Azevedo a defender a originalidade do texto conservado, a considerar o arcebispo de Braga D. João Peculiar como informador directo relativamente aos principais dados histórico-eruditos contidos na carta, e a sugerir a hipótese de o autor da memória ter permanecido em Portugal, depois da conquista de Lisboa.

Numa segunda comunicação, o mesmo Historiador defendeu a prioridade do foral de Santarém de 1179 sobre os de Coimbra e Lisboa de igual data, razão por que se deve manter a expressão «tipo de Santarém» criada por Herculano para classificar este foral.

As razões e conclusão do Autor foram impugnadas pelos Professores Marcelo Caetano e Torquato de Sousa Soares, dando origem a um vivo debate, que mais tarde provocou um novo estudo do segundo -em comunicação à Academia Portuguesa da História (*).

Estes dois congressistas apresentaram também valiosas comunicações, respectivamente, *Subsídios para a história das Cortes*

(!) O *Foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa em 1179*, em «Anais» da Acad.-enva Port, da História, II série, vai. 10, pág. 173-188.

Rui de Azevedo voltou ao assunto em *Um problema histórico ainda mal esclarecido por insuficiência de estudo diplomático*, em «Dois Centenários», pp. 61-95.

módievais portuguesas e Factores económicos da formação da nacionalidade portuguesa. Mostra-nos a primeira a evolução e características das Cortes desde a origem até 1385, e prova a segunda que para a consolidação da independência política de Portugal foi de capital importância o desenvolvimento «das culturas de qualidade, nomeadamente a vinha». Estas proporcionaram não só o desenvolvimento do sistema de aforamentos perpétuos, que muito contribuíram para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, mas também o incremento do comércio marítimo. E daí a constituição de uma verdadeira classe de mercadores e de marinheiros, que tornou possível a execução do plano dos descobrimentos posto em prática pelo Infante D. Henrique.

Era, desde há muito, doutrina assente que a nossa primeira escola publica fora criada, em 1269, no mosteiro de Alcobaça pelo abade D. Frei Estêvão Martins. O Prof. Mário Brandão veio, porém, demonstrar com a sua comunicação *Um embuste da historiografia alcobacense — A pretensa escola pública de Alcobaça*, que tal escola nunca existiu. Foi a viciação de um documento que transformou uma escola de monges numa escola pública.

Muito instrutiva foi a comunicação de A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*. Estudando-a sob o ponto de vista económico-financeiro, mostrou com gráficos as suas oscilações, correspondentes às alternativas de desenvolvimento e de crises económicas, que levaram quase à inflação com D. João I. Não obstante a melhoria verificada com D. Duarte, só no tempo de D. João II foi possível entrar num regime de moeda forte, graças ao ouro da Mina e à prata alemã.

O mesmo congressista, com a colaboração de vinte e quatro alunos do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa, apresentou a comunicação *Para o estudo da Peste Negra em Portugal*, que mostra a grande mortandade causada entre nós pelo terrível flagelo, desde Setembro a Dezembro de 1348, e as consequências económicas e sociais que daí advieram. Uma das principais foi o abandono dos campos e o afluxo às cidades, onde escasseava a mão de obra, originando o abandono da agricultura e um conflito entre os assalariados e os proprietários, o que levou D. Fernando à publicação da chamada «lei das sesmarias».

São de grande interesse para o estudo da arte românica e gótica em Portugal e da influência artística exercida pelas Ordens de Cluny

e Cis'ter as seguintes comunicações apresentadas por Georges Gaillard — *Aspects de Y Art roman au Portugal*; por René Grozet— *Remarques sur Y Architecture cistercienne au Portugal*, e por Dom Maur Cocheril, O. C. — *Les abbayes cisterciennes portugaises au XI^e siècle*.

No aspecto histórico-filosófico merecem referência o colóquio sobre *Fundamentação do conoeito de História* entre os Professores Francis O'Farrel, da Universidade Gregoriana, e J. P. Bacelar de Oliveira, da Faculdade de Filosofia de Braga, e *Tensão dialéctica da História e pensamento cristão* por Paulo Durão, S. J., Reitor da mesma Faculdade (*).

Para o êxito deste Congresso, de que foram secretários gerais o Dr. Sérgio da Silva Pinto e o Coronel Baptista Barreiros, concorreram também outras iniciativas culturais promovidas, como uma exposição historiográfica e as visitas ao Museu Pio XII, do Seminário Conciliar, à Capela de S. Frutuoso e acs Paços dos Duques de Bragança e a outros monumentos em Guimarães.

P. AVELINO DE JESUS DA COSTA

P. Carlos da Silva Tarouca, S. J.

A 3 de Setembro de 1968, entregou a alma a Deus, em Soutelo, junto de Braga, o P.^e Carlos da Silva Tarouca, S. J., da Academia Portuguesa de História e colaborador desta revista, onde publicou *Manuscritos das Crónicas dos Reis de Portugal na Biblioteca da Casa Cetdaval* (t. 3, pp. S93-6117).

Era um homem alto, nervoso e de vasta cultura, marcado pela confluência de várias civilizações (a eslava, a germânica e a latina). Nasceu na Morávia, em Czech a 18 de Março de 1883, e teve a educação da nobreza austro-húngara do seu tempo.

Pelo pai (o conde Francisco José da Silva Tarouca) descendia

0) Para informações mais desenvolvidas sobre as comunicações deverá consultar-se o *Guia Oficial do Congresso* e a notícia que demos na *Lusitania Sacra*, IV, pp. 248-263..